Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais

Márcia Mendes

UMinho |

**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Márcia Mendes

# Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais

junho de 2024

**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Márcia Costa Mendes

# Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais

Dissertação de Mestrado em

Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sobre a orientação da

**Professora Doutora Mariana Gonçalves**

junho de 2024

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual**
**CC BY-NC-SA**

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

## Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, Doutora Mariana Gonçalves, cuja orientação e apoio foram fundamentais para avançar e concretizar este projeto. Agradeço toda a sua disponibilidade, orientação e por partilhar o seu vasto conhecimento ao longo deste percurso repleto de novos desafios.

Não posso deixar de agradecer também à Dr. Cláudia Oliveira, minha supervisora em contexto de estágio curricular, por toda a sua boa disposição, todo o incentivo e disponibilidade que tornou este processo muito mais enriquecedor.

Presto o meu profundo agradecimento aos meus pais, que tornaram este sonho possível e me auxiliaram nos momentos mais difíceis. Quando nem eu mesma tinha resiliência suficiente para continuar, apoiaram-me e ensinaram-me a importância de seguir os meus sonhos.

A todos aqueles que comigo percorreram esta aventura académica, um obrigada a vocês por todas as aprendizagens e descobertas que tornaram a psicologia algo que realmente nos fascina.

Aos meus amigos mais antigos, que permanecem do meu lado mesmo antes de eu descobrir o caminho que queria seguir no meu futuro. O apoio que me deram não pode ser descrito em palavras, e estou profundamente grata por todos os momentos de alegria, diversão, conforto e carinho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu namorado, que teve um grande papel nesta jornada desafiadora praticamente desde o início. Obrigada a ti, por toda a motivação e incentivo que me proporcionaste. Muitas crises de dúvidas e inseguranças foram confortadas por ti, e não há agradecimentos suficientes para expressar a minha gratidão.

A todos vocês, o meu mais sincero obrigada. O mérito de ter chegado até aqui também vos pertence.

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 7 de junho de 2024

Assinatura



**Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais**

Este estudo investigou a relação entre experiências adversas na infância, vinculação e crenças sexuais em indivíduos recluídos por crimes sexuais em comparação com membros da comunidade. A amostra foi composta por 77 participantes, sendo 38 reclusos e 39 da comunidade, avaliados através das escalas ACE-IQ, EMWSS, EMBU-MI, EVA e EAS. A recolha de dados ocorreu em três momentos, utilizando questionários de autorrelato, análise de documentação processual dos participantes reclusos e uma recolha online junto da comunidade. Os resultados indicaram que os reclusos relataram um número significativamente mais elevado de experiências adversas ($M$ = 8.39, $DP$ = 5.44) em comparação com a amostra comunitária ($M$ = 5.25, $DP$ = 4.31). Apesar de a maioria dos participantes ($n$ = 27, 35.1%) ter reportado um estilo de vinculação seguro, a nível do estilo de vinculação insegura, os mais reportados foram a vinculação desligada ($n$ = 14, 18.2%) e a vinculação preocupada ($n$ = 12, 15.6%), sendo que ofensores e comunidade não se diferenciaram estatisticamente. Além disso, verificou-se que as experiências adversas estão fortemente associadas aos tipos de práticas educativas e à vinculação na infância, refletindo-se posteriormente na vinculação na idade adulta. As crenças sexuais mostraram uma tendência para valores mais elevados de ansiedade e confiança perante outras pessoas no contexto da vinculação na idade adulta. Esses resultados destacam a necessidade de compreender esses fenómenos em conjunto para melhor entender o seu impacto no comportamento de ofensores sexuais, contribuindo assim para o desenvolvimento de diretrizes de intervenção junto a essa população.

*Palavras-chave:* experiências adversas na infância, vinculação, crenças sexuais, crimes sexuais

**Adverse Experiences, Attachment, and Sexual Beliefs in Individuals Incarcerated for Sexual Crimes**

This study investigated the relationship between adverse childhood experiences, attachment, and sexual beliefs in individuals incarcerated for sexual crimes compared to community members. The sample consisted of 77 participants, with 38 incarcerated individuals and 39 community members, evaluated using the ACE-IQ, EMWSS, EMBU-MI, EVA, and EAS scales. Data collection occurred in three stages, utilizing self-report questionnaires, analysis of the incarcerated participants' procedural documentation, and an online survey among the community. The results indicated that the incarcerated individuals reported a significantly higher number of adverse experiences ($M$ = 8.39, $SD$ = 5.44) compared to the community sample ($M$ = 5.25, $SD$ = 4.31). Although the majority of participants ($n$ = 27, 35.1%) reported a secure attachment style, among those with insecure attachment styles, the most reported were avoidant attachment ($n$ = 14, 18.2%) and anxious attachment ($n$ = 12, 15.6%), with no significant statistical differences between offenders and the community. Furthermore, these adverse experiences were found to be strongly associated with the types of parenting practices and childhood attachment, subsequently reflecting in adult attachment. Sexual beliefs showed a tendency towards higher levels of anxiety and trust in others in the context of adult attachment. These results highlight the need to understand these phenomena together to better comprehend their impact on the behavior of sexual offenders, thereby contributing to the development of intervention guidelines for this population.

*Keywords:* adverse childhood experiences, attachment, sexual beliefs, sexual offenses

# Índice

Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais .... 9

Objetivos ..... 14

Metodologia ..... 15

Participantes ..... 15

Instrumentos ..... 18

Procedimentos ..... 21

Estratégias de Análise de Dados ..... 22

Resultados ..... 22

Prevalência das Experiências Adversas na Infância ..... 22

Tipos de Vinculação ..... 23

Crenças e Atitudes Sexuais ..... 25

Correlação entre as Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais ..... 26

Tipos de Vinculação e Atitudes Sexuais ..... 30

Tipologia de Crime ..... 31

Discussão ..... 32

Conclusões e Limitações ..... 34

Referências ..... 36

## Índice de Tabelas

**Tabela 1** *Descrição das Características Sociodemográficas da Amostra* ..... 16

**Tabela 2** *Análise dos Documentos Processuais dos Participantes em Reclusão* ..... 17

**Tabela 3** *Descrição Comparativa das Experiências Adversas Ocorridos nos Primeiros 18 Anos de Vida*..... 23

**Tabela 4** *Descrição do Tipo de Vinculação na Infância*..... 24

**Tabela 5** *Descrição das Atitudes Sexuais*..... 25

**Tabela 6** *Descrição das Correlações entre as Variáveis de Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais*..... 28

**Tabela 7** *Descrição das Diferenças entre as Variáveis de Crenças Sexuais e Tipos de Vinculação* 30

**Tabela 8** *Prevalência de Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais nas duas Tipologias de Crime*..... 31

## Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais em Pessoas Recluídas por Crimes Sexuais

A violência sexual é uma grave violação dos direitos humanos, sendo objeto de estudo não só devido ao impacto significativo nas vítimas a nível físico, psicológico e emocional, abrangendo diversas classes sociais, culturais e socioeconómicas. Além disso, a complexidade associada aos perpetradores deste tipo de violência, os agressores sexuais, também têm sido foco de investigação (Gonçalves, 2004).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), a violência sexual é definida como qualquer ato sexual ou tentativa de ato não desejado, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa. É utilizada a repressão, ameaça ou força física, praticadas por qualquer indivíduo independente da sua relação com a vítima, em qualquer cenário, incluindo o lar ou o trabalho. Estes atos, tentativas ou ameaças de contato sexual não envolvem o consentimento da pessoa vítima, sendo através da violência física ou coação, ou devido à incapacidade da vítima em consentir por estar sob influência de substâncias psicotrópicas, ter uma deficiência mental ou por ser menor de idade (Assembleia da República, 2021; Convenção de Istambul, 2011).

Em Portugal, o ato de violência sexual é considerado crime contra a liberdade e a autodeterminação sexual, sendo previsto e punido pela lei portuguesa através dos artigos 163º a 179º do Código Penal (Decreto-lei n.º 48/95, de 15 de março). A punição prescrita para este tipo de crimes está inserida em medidas de prevenção e de tratamento, que podem incluir a prisão efetiva, a suspensão da execução da pena com ou sem vigilância eletrónica, o trabalho a favor da comunidade, a sujeição a tratamentos ou programas específicos (Assembleia da República, 2021).

Segundo os dados disponibilizados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (Ministério da Administração Interna, 2023), em 2022, as tipologias de crimes sexuais mais frequentemente registadas em Portugal foram o abuso sexual de crianças, art. 171º (39%), a violação, art. 164º (20.1%) e a pornografia de menores, art. 176º (15.3%). Comparativamente aos dados de 2021, observou-se alterações, visto que, apesar de o abuso sexual de crianças permanecer como o mais comum, o número de ocorrências era ligeiramente menor (36.3%). Já a pornografia de menores e a violação

também estavam nos crimes mais comuns, no entanto, com a pornografia de menores sendo mais frequente que a violação (25.2% e 15.5%, respetivamente).

Os perpetradores destes crimes eram, na sua maioria, indivíduos do sexo masculino (95.6%), havendo um número bastante reduzido de mulheres ofensoras (4.3%). Quanto à faixa etária, varia consoante o tipo de crime, sendo que a maioria dos arguidos de abuso sexual de crianças, encontrava-se na faixa etária dos 31 aos 50 anos, enquanto, no caso do crime de violação, a maioria dos arguidos situava-se entre os 21 e os 30 anos (Ministério da Administração Interna, 2022).

Para compreender e explicar a criminalidade sexual têm sido realizados diversos estudos, resultando em teorias e modelos explicativos sobre as suas causas. Para este estudo, são de maior relevo as abordagens psicológicas, com ênfase na vinculação e experiências adversas na infância. Estes fatores podem afetar o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental dos indivíduos e influenciar as suas relações interpessoais e a sua sexualidade. Estes podem, igualmente, contribuir para a formação de crenças distorcidas sobre si mesmo, sobre os outros e sobre a sexualidade, facilitando ou justificando comportamentos sexuais desajustados (Almeida, 2010).

Relativamente à vinculação, Bowlby (1973, 1982) defende que as primeiras experiências de relacionamento que o ser humano estabelece com uma figura de vinculação, geralmente pais ou cuidadores, nos primeiros anos de vida, constituem a base para a formação de modelos internos de relacionamento interpessoal que serão utilizados para construir e estabelecer relações posteriormente na idade adulta. Esta vinculação irá moldar a forma como a criança se perceciona a si própria, aos outros e às suas relações com os outros, permitindo, numa fase inicial, interpretar e prever o comportamento da figura de vinculação e, ao longo da vida, servir como guia comportamental em experiências relacionais futuras. As primeiras experiências de interação com a figura de vinculação podem desenvolver distintos padrões de vinculação, por esta razão, o modo como os cuidadores comunicam e interagem com as crianças, bem como a proteção e o cuidado para com elas, são essenciais para uma vinculação saudável (Ainsworth, 1980).

A capacidade de responder de forma positiva e contínua às necessidades da criança, oferecendo apoio e conforto, permite explorar o ambiente e voltar para um lugar seguro em situações de stress, caracterizando um padrão de vinculação denominado seguro. Este tipo de vinculação promove um

desenvolvimento emocional, psicológico e interpessoal positivo, sendo fundamental para a autonomia, autoconfiança e autoestima da criança, bem como a regulação das suas emoções e comportamentos (Shilkret & Shilkret, 2011). Além disso, facilita a sua socialização, permitindo que a mesma estabeleça relações positivas com os seus pares e com outras figuras significativas (Grady et al., 2016). Jovens com este tipo de vinculação, tendem a estabelecer relacionamentos saudáveis, capazes de confiar em si próprios e nos outros.

No caso de pais ou cuidadores não proporcionarem estabilidade, apoio e suporte à criança, nem responder de forma positiva às suas necessidades, forma-se o tipo de vinculação denominada insegura, que pode ser subdividida em três subtipos de vinculação. O primeiro é a vinculação ansiosa-ambivalente, que é caracterizada por uma parentalidade inconsistente e imprevisível, alternando entre a punição e o reforço educativo, resultando numa falta de capacidade de resposta ou nenhuma resposta às necessidades da criança. Este tipo de vinculação promove uma ambivalência entre o desejo de estar perto dos outros e o medo de ser rejeitado, originando num adulto pouco dotado de competências de relacionamento interpessoal e uma procura, por vezes de forma excessiva, de atenção dos outros (Shilkret & Shilkret, 2011).

O segundo subtipo é a vinculação ansiosa-evitante, caracterizada por cuidadores ausentes e distantes, que proporcionam o mínimo de contacto com a criança, principalmente a nível emocional. Isto resulta no desenvolvimento de uma forte desconfiança nos outros (Shilkret & Shilkret, 2011), bem como em baixa autoconfiança e autoestima. Indivíduos com este tipo de vinculação tendem a evitar qualquer tipo de relacionamento interpessoal, devido à falta de recursos adequados para lidar com o contacto social (Gonçalves, 2004).

Por último, o terceiro subtipo é a vinculação desorganizada, caracterizada por episódios de medo, abuso e trauma. Crianças com este tipo de vinculação tendem a não desenvolver capacidades de socialização, resultando em dificuldades significativas na interação com os outros. Estas pessoas frequentemente parecem atordoadas e confusas durante as interações sociais (Shilkret & Shilkret, 2011).

Os modelos internos adquiridos de uma vinculação insegura podem comprometer a socialização e o desenvolvimento de relações saudáveis na idade adulta. Embora a literatura sobre a vinculação em

pessoas condenadas por crimes sexuais seja escassa, o estudo de Grady et al. (2017), concluiu que esta população tem uma maior tendência a desenvolver estilos de vinculação insegura comparativamente com a população em geral. Estas pessoas exibem níveis mais elevados de agressão nas relações sexuais, relatam uma maior tolerância à violência e à agressão em geral. Outro estudo (Nguyen & Parkhill, 2014), com pessoas condenadas por crimes sexuais com histórico de vinculação insegura, concluiu que estas pessoas apresentam maior tolerância para atos sexuais casuais, focam-se mais nas próprias necessidades durante o ato sexual e demonstram baixos níveis de intimidade emocional com os seus parceiros/as.

Relativamente às experiências adversas na infância, Boullier e Blair (2018) descrevem-nas como situações potencialmente traumáticas que podem ter efeitos negativos e prolongados na saúde e bem-estar. Quando ocorrem antes dos 18 anos, são particularmente prejudiciais para o desenvolvimento da criança. As mais impactantes incluem os abusos que podem ser físicos, emocionais e sexuais, a negligência física ou emocional e um ambiente familiar instável. Este inclui violência doméstica, morte de um progenitor, abuso de substâncias por um familiar próximo, doença mental, separação dos pais ou a reclusão de membro da família (Centers for Disease Control and Prevention, 2019).

As experiências adversas na infância têm sido associadas a altos níveis de ofensa sexual (Grady et al., 2021), Segundo a teoria da aprendizagem social, as crianças expostas a situações de abuso aprendem que a utilização de violência é uma resposta adequada para atingir os seus objetivos (Bandura et al., 1961).

Adicionalmente, uma exposição prolongada a situações de stress na infância pode comprometer um desenvolvimento cognitivo saudável, resultando em problemas emocionais e de comportamento durante a infância, bem como em comportamentos de risco e criminais na idade adulta (Levenson et al., 2016). Outros fatores, como a natureza e o contexto do abuso, o nível de desenvolvimento da criança, o tipo de parentalidade e de vinculação com os progenitores ou cuidadores, os recursos internos de *coping* da criança, o apoio e experiências que advêm o abuso aumentam a probabilidade de desenvolverem comportamentos desviantes (Hurren et al., 2017).

Ademais, no estudo de Levenson et al. (2016), constatou-se que os ofensores sexuais relatam, em maior número do que a população em geral, experiências de abuso sexual, seguidas de abuso físico

e psicológico, bem como negligência emocional, sendo reduzido o número de ofensores sexuais que não relatem experiências adversas na infância. Adicionalmente, famílias disfuncionais estão muito presentes nos relatos destes indivíduos, o que sugere que cresceram em ambientes sociais desajustados (Levenson et al., 2015).

Muitos destes ofensores foram alvo de abuso na infância e acreditam que esta vivência não lhes tenha causado danos, desenvolvendo, assim, distorções cognitivas que os pode levar a considerar que os seus comportamentos de abuso não provocam danos nas suas vítimas (Marshall & Marshall, 2002). Por conseguinte, as distorções cognitivas são uma forma enviesada de o ser humano percecionar e organizar informações do exterior em forma de esquemas para melhor compreender o mundo que o rodeia, os outros e a si próprio (Reis & Cavalcante, 2019). Por sua vez, as crenças são esquemas cognitivos que dizem respeito ao conteúdo das distorções, como ideias ou proposições, consideradas como verdadeiras pelo indivíduo, sendo estas desenvolvidas através das suas experiências de vida. Quando desenvolvidas podem influenciar o processamento de informação, nomeadamente a interpretação da informação, bem como, o comportamento a adotar como resposta a essa informação (Fernandes, 2022).

Posto isto, as crenças podem servir de suporte para a manifestação de distorções cognitivas e consequentemente para a adoção de comportamentos sexuais desviantes. Antes de um ofensor sexual passar ao ato criminal, já foram desenvolvidas crenças desajustadas que podem influenciar o estilo de vida que irá adotar e, por conseguinte, colocá-lo em situações ou idealizações que aumentem o risco para uma ofensa. Nos momentos anteriores à prática da ofensa, surgem distorções cognitivas que motivam a concretização do crime, ou seja, em conjunto com as crenças já desenvolvidas, estas distorções tornam-se facilitadoras para o sujeito partir para a ação. Após o ato de violência sexual mantém-se as crenças que derivam das anteriores que são desenvolvidas para evitar as consequências e repercussões dos atos (Szumski et al., 2018).

Ward et al. (2006), propõem um modelo explicativo das redes de crenças presente nos ofensores sexuais, que se denominam teorias implícitas. Argumenta que este esquema de crenças se desenvolve durante a infância através de ambientes familiares abusivos e aprendizagem social inadequada. Segundo os autores, estas teorias implícitas incluem: (a) incontrolabilidade da sexualidade, que remete para a incapacidade de controlar os seus impulsos, como o próprio desejo sexual*;* (b) o mundo visto

como um lugar perigoso, idealizando as pessoas como agressivas e hostis, sendo necessário proteger-se atacando os outros primeiro numa tentativa de controlar a situação e não ser prejudicado; (c) pensamentos errados acerca dos seus direitos ao nível sexual, acreditam que têm o direito a comportar-se de forma a satisfazer as suas necessidades, sem considerar a vontade e necessidades da vítima; (d) as vítimas, sendo crianças ou mulheres, são vistas como um ser sexual, acreditam que as vítimas são seres ou objetos sexuais que também querem exprimir a sua sexualidade, e, como tal, as atitudes da vítima são encaradas como sinais de pré-disposição para o ato; (e) natureza dos danos, defendem que os seus atos não causam dano na vítimas caso não haja violência associada ao ato; e por fim, (f) mulheres incognoscíveis, mais relacionado com o crime de violação, no qual as mulheres são vistas como seres manipuladores, que tendem a enganar os homens e a criar conflito e, por isso, não são confiáveis.

Segundo Szumski et al. (2018), as crenças agem como pensamentos permissivos, atuando como legitimadores para a ofensa sexual e também assumem a função de minimizar ou eliminar a sua responsabilidade no ato, bem como de emoções desconfortáveis que possam surgir. Servem também como justificação para as suas condutas desviantes, alteram a perceção das consequências dos seus atos e desvalorizam a vítima ou atribuem-lhe a culpa da ofensa. Além disso, é também bastante comum a negação do ato cometido ou a sua racionalização como forma de preservar a sua imagem e evitar as consequências que advêm (Leirós et al, 2015). Para este estudo importa focar nas crenças que são desenvolvidas durante a infância e ao longo da vida que se apresentam facilitadoras do ato de violência sexual, tal como verificamos no estudo de Ward et al. (2006).

A compreensão desta temática é de grande importância, especialmente considerando a escassa literatura, nomeadamente em Portugal, sobre a relação entre vinculação e experiência adversas nos ofensores sexuais. Acrescenta-se que uma melhor compreensão destes indivíduos é uma mais-valia para melhorar a intervenção junto desta população, visando prevenir a reincidência.

## Objetivos

Este estudo tem como objetivo compreender a relação entre vinculação e as experiências adversas na infância em pessoas com histórico de agressão sexual. Pretende-se analisar que tipo de vinculação está associada a esta população e identificar as principais experiências adversas na infância que estão

associadas ao seu desenvolvimento. Dado que um tipo de vinculação insegura e experiências adversas na infância poderão influenciar os comportamentos e cognições desta população de forma desajustada, pretende-se também perceber se os mesmos partilham distorções cognitivas e crenças desajustadas associadas à sexualidade, bem como analisar a relação entre estas variáveis. Não obstante, terá ainda uma componente comparativa entre indivíduos condenados por crimes de natureza sexual e indivíduos pertencentes à comunidade.

## Metodologia

### Participantes

A amostra é constituída por 77 participantes, dos quais 38 (49.0%) estavam em reclusão por crimes de violência sexual, todos do sexo masculino, provenientes de Estabelecimentos Prisionais na região norte de Portugal. Os restantes 39 (51.0%) eram membros da comunidade também do sexo masculino, sem histórico criminal. Para este estudo, foi tido em conta como critérios de inclusão a natureza dos crimes dos participantes recluídos conforme estipulado nos artigos 163.º a 179.º do Código Penal referentes aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, bem como a idade mínima de 18 anos e a capacidade de compreender, ler e escrever em língua portuguesa. Foram excluídos os participantes com incapacidade intelectual, deficiência mental ou perturbação psicótica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo DSM-5.

O grupo de pessoas em reclusão por crimes de natureza sexual tinham idades entre 26 e 61 anos ($M$ = 45, $DP$ = 10.35), maioritariamente de nacionalidade portuguesa ($n$ = 35, 92.1%) residentes na região norte do país. Relativamente ao estado civil, 47.4% ($n$ = 18) eram solteiros e 42.1% ($n$ = 16) eram divorciados. Quanto à educação, o 3.º ciclo de estudos e o ensino secundário possuem uma proporção semelhante ($n$ = 12, 31.6%), e a maioria estava empregada aquando da reclusão ($n$ = 26, 70.3%). Em termos socioeconómicos, 61.1% ($n$ = 22) classificava-se com um estatuto médio. No que diz respeito ao consumo de substâncias ilícitas, 59.5% ($n$ = 22) dos reclusos relataram ter consumido algum tipo de substância ilícita.

Quanto aos crimes cometidos, 27.3% ($n$ = 15) estavam relacionados com abuso sexual de crianças (art. 171º, 172º e 173º), seguido pelo crime de violação ($n$ = 20, 26%), pornografia de menores ($n$ = 2, 2.6%) e coação sexual ($n$ = 1, 3.9%), indo de acordo ao espectável pelo observado no relatório anual

interno (RASI, 2022), relativo aos crimes de natureza sexual mais relatados. A partir destes dados, verificou-se que alguns dos participantes cometeram mais que um crime sexual (*n* = 7, 18.42%). A média das penas aplicadas foi de 153 meses (*DP* = 72.37), correspondendo a cerca de 12 anos e 7 meses. A maioria destes participantes estavam associados a outros crimes para além dos sexuais (*n* = 29, 78.4%), com destaque para a violência doméstica (*n* = 14, 18.2%) e crimes contra a propriedade (*n* = 14, 18.2%). Relativamente aos antecedentes criminais, 55.3% (*n* = 21 apresentava histórico, principalmente relacionados com crimes sexuais (*n* = 15, 83.3%).

O segundo grupo, composto por membros da comunidade sem histórico criminal, tinha idades entre os 20 e os 63 anos (*M* = 36.74, *DP* = 11.42) e de nacionalidade portuguesa (*n* = 35, 89.7%) residentes na região norte de Portugal. Em termos de estado civil, a maior parte eram solteiros (*n* = 19, 48.7%) seguidos de casados ou em união de facto (*n* = 17, 43.6%). Em termos de educação, a maior parte frequentou até ao ensino superior (*n* = 15, 38.5%) ou ensino secundário (*n* = 10, 25,6%), e o estatuto socioeconómico era maioritariamente o médio (*n* = 21, 57.3%). A grande maioria estava empregada (*n* = 27, 69.7%), e referiu não ter histórico de consumo de substâncias ilícitas (*n* = 30, 81.1%). Na *Tabela 1* encontra-se uma descrição dos participantes.

**Tabela 1**

*Descrição das Características Sociodemográficas da Amostra*

| **Características sociodemográficas** | **Em Reclusão (*n* = 37)** | | **Comunidade (*n* = 38)** | |
|---|---|---|---|---|
| | *M* | *DP* | *M* | *DP* |
| Idade | 45.03 | 10.34 | 36.74 | 11.41 |
| | *n* | *%* | *n* | *%* |
| **Nacionalidade** | | | | |
| Portuguesa | 35 | 92.1 | 35 | 89.7 |
| Outras | 3 | 7.8 | 4 | 10.4 |
| **Estado Civil** | | | | |
| Solteiro | 18 | 47.4 | 19 | 48.7 |
| Casado | 2 | 5.3 | 15 | 38.5 |
| Divorciado | 16 | 42.1 | 3 | 7.7 |
| União de Facto | 2 | 5.3 | 2 | 5.1 |
| **Habilitações Literárias** | | | | |
| 1º ciclo | 6 | 15.8 | 1 | 2.6 |
| 2º ciclo | 8 | 21.1 | 7 | 17.9 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 3º ciclo | 12 | 31.6 | 6 | 15.4 |
| Ensino secundário | 12 | 31.6 | 10 | 25.6 |
| Ensino superior | - | - | 15 | 38.5 |
| **Nível Socioeconómico** | | | | |
| Baixo | 14 | 38.9 | 14 | 37.3 |
| Médio | 22 | 61.1 | 21 | 57.3 |
| Alto | - | - | 4 | 5.3 |
| **Situação Profissional** | | | | |
| Empregado | 26 | 70.3 | 27 | 69.7 |
| Desempregado | 11 | 29.7 | 11 | 28.9 |
| Reformado | - | .- | 1 | 1.3 |
| **Histórico de Consumos** | | | | |
| Sim | 22 | 59.5 | 7 | 18.9 |
| Não | 15 | 40.5 | 30 | 81.1 |

Relativamente aos dados recolhidos através da análise documental foi também elaborada uma tabela de forma a simplificar a sua compreensão (*Tabela 2*).

**Tabela 2**

*Análise dos Documentos Processuais dos Participantes em Reclusão*

| **Análise Documental** | *M* | *DP* |
|---|---|---|
| Pena a cumprir | 15.04 | 72.37 |
| Tempo já cumprido | 86.33 | 91.88 |
| Número de vítimas | 1.55 | 1.78 |
| | *n* | *%* |
| **Tipologia de Crime Sexuais** | | |
| Coação Sexual (art.163º) | 3 | 3.9 |
| Violação (art.164º) | 20 | 26 |
| Abuso sexual de crianças (art.171º, 172º e 173º) | 21 | 27.3 |
| Pornografia de menores (art.176º) | 2 | 2.6 |
| **Crimes de Outra Tipologia** | | |
| Sim | 29 | 78.4 |
| Não | 8 | 21.6 |
| **Outras Tipologia de Crimes** | | |
| Violência doméstica | 14 | 18.2 |
| Crimes contra a integridade física | 3 | 3.9 |
| Crimes contra a vida | 4 | 5.2 |
| Crimes contra a liberdade pessoal | 6 | 7.8 |
| Crimes contra a propriedade | 14 | 18.2 |
| Crimes contra o património em geral | 1 | 1.3 |

| | | |
|---|---|---|
| Condução sem habilitação legal | 4 | 5.2 |
| Posse de arma proibida | 4 | 5.2 |
| Tráfico | 1 | 1.3 |
| **Antecedentes Criminais** | | |
| Sim | 21 | 55.3 |
| Não | 17 | 44.7 |
| **Relação com a Vítima** | | |
| Desconhecida | 13 | 38.2 |
| Filha | 5 | 14.7 |
| Enteada | 1 | 2.9 |
| Companheira | 6 | 17.6 |
| Irmã adotiva | 4 | 11.8 |
| Conhecida | 4 | 11.8 |
| Sobrinha | 1 | 2.9 |
| **Idade das Vítimas** | | |
| Adulta | 18 | 52.9 |
| Recém-nascida | 2 | 5.9 |
| Infância | 2 | 5.9 |
| Infância e adolescência | 6 | 17.6 |
| Adolescência | 6 | 17.6 |

## Instrumentos

Foi construído um questionário para recolher dados de natureza sociodemográfica (e.g. idade, género, orientação sexual, nacionalidade, habilitações académicas, estado civil, empregabilidade, estatuto socioeconómico e histórico de consumos aditivos), e uma grelha para recolher informações sobre o percurso criminal, no caso dos ofensores sexuais (e.g. tipologia de crime, crimes de outra natureza, antecedentes criminais, número de vítima/s, relação com a vítima/s e idade/s da/s vítima/s).

A **Escala de Memórias Precoces de Calor e Segurança** (EMWSS; Richter et. al., 2009), traduzida para a versão portuguesa por Matos et. al. (2010), trata-se de uma escala de autorresposta unidimensional, que avalia as memórias precoces de calor e segurança, com ênfase nos sentimentos, emoções e experiências positivas na infância. Este instrumento é composto por 21 itens numa escala de Likert de 5 pontos (entre 0 "não, nunca" e 4 "sim, maior parte do tempo"), apresentando um valor

de alfa de cronbach elevado de .97 no estudo de Richter et. al. (2009), o mesmo valor presente neste estudo ($\alpha$ = .97).

A **Escala de EMBU-MI** (Eggna Minnen Beträffande Uppfostran; Perris et al., 1980) é um questionário de autorresposta desenvolvida na língua sueca que foi traduzido para a versão portuguesa por Canavarro (1996). Este instrumento tem como objetivo avaliar as memórias de adultos acerca de comportamentos parentais dos progenitores durante a infância e adolescência. Procura medir o tipo e frequência de determinadas práticas educativas sendo as respostas em relação à mãe e ao pai, separadamente. É composta por 23 itens com uma escala de Likert de 4 pontos (entre 1 "não, nunca" e 4 "sim, maior parte do tempo"), que avalia a perceção do participante relativamente às dimensões de suporte emocional, que diz respeito a comportamentos adotados pelos pais a nível do conforto e segurança que transmitem à criança aquando da sua presença e de aceitação e aprovação como pessoa; rejeição, com questões relacionadas à mudança de vontades e comportamentos dos filhos, de modo a irem de acordo com o idealizado pelos pais, que se podem traduzir em punição, privação de objetos e privilégios ou mesmo a utilização de força física com a finalidade de modificar o comportamento dos filhos; e por fim, superproteção, relacionado com comportamentos de controlo parental, que resultam na intrusão por parte dos pais na vida dos filhos, contacto excessivo e infantilizado, práticas cujo o objetivo se trata da prevenção de uma independência por parte do filho, e ainda práticas de proteção excessiva em situações indutoras de stress e adversidade, uma elevado intrusão nas atividades dos filhos e uma imposição de regras rígidas exigentes de total obediência. Este instrumento acusou valores globais de alfa de cronbach de .54 para o pai e .66 para a mãe (Canavarro, 1996). Neste estudo os valores relativos à consistência interna correspondem a .71 de valor global da escala, com valores menos significativos correspondentes para o pai ($\alpha$ = .66) e para a mãe ($\alpha$ = .46).

A **Escala de Vinculação do Adulto** (EVA; Collins & Read, 1990, versão portuguesa de Canavarro, 1997). Esta escala foi criada para avaliar a vinculação na idade adulta com a finalidade de identificar dimensões associadas aos três estilos de vinculação identificados por Ainsworth (1980) na infância (seguro, evitante e ansioso). Este instrumento é composto por 18 itens com uma escala do tipo Likert de 5 pontos (entre 1 "nada característico em mim" ao 5 "extremamente característico em mim") que conta com três dimensões a avaliar, sendo elas ansiedade que se refere ao nível de

ansiedade do indivíduo em relação a relacionamentos interpessoais, particularmente ao receio de ser abandonado ou não ser desejado; conforto com a proximidade, diz respeito ao grau de conforto que um indivíduo sente com a proximidade e intimidade com outrem; e por fim, confiança nos outros, relativo ao grau de confiança perante os outros e a sua disponibilidade quando carece da mesma. Segundo o estudo de Canavarro (1997), esta escala apresentou uma consistência interna significativa de .81, tendo neste estudo obtido um valor menos significativo de .59.

A **Escala de Experiências Adversas na Infância** (*Adverse Childhood Experience International Questionnaire*; ACE IQ, World Health Organization, 2011) traduzida para a versão portuguesa por Gonçalves (2023), visa medir, ao longo dos primeiros 18 anos de vida, os tipos de abuso ou trauma infantil, como a negligência, violência familiar, violência entre pares, abuso sexual e emocional e exposição â violência coletiva e comunitária. Este instrumento tem como objetivo analisar os efeitos a longo-prazo do trauma infantil através da análise da associação entre os dados obtidos e os comportamentos de risco na idade adulta. Trata-se de uma escala de autorrelato e rastreio para adulto, com questões de opções de resposta ("muitas vezes" até "nunca"; "concordo totalmente" até "discordo totalmente") e questões dicotómicas, que avalia 13 categorias divididas em duas fases. Na primeira fase são avaliadas as experiências adversas nas quais os indivíduos, numa idade precoce da sua vida, foram vítimas diretas (abuso físico, emocional e sexual, negligencia física e emocional e bullying) e na segunda fase é avaliado as experiencias adversas que foram experienciadas de forma indireta (consumo de substâncias, álcool ou estupefacientes por parte de um familiar, presença de um membro familiar com um diagnóstico de doença mental ou comportamentos suicidas, reclusão de um familiar, violência doméstica, morte de um cuidador ou progenitor ou separação/divórcio dos progenitores, violência comunitária e violência coletiva).

De modo a recolher informações sobre as crenças sexuais foi utilizada a **Escala de Atitudes Sexuais** (Hendrick & Hendrick, 1987), traduzido e adaptado à população portuguesa por Alferes (1999). Trata-se de um instrumento de autorresposta constituído por 43 itens com uma escala do tipo Likert de 5 pontos (entre 1 "completamente em desacordo" até 5 "completamente de acordo"). Foi desenvolvida com o intuito de analisar o duplo padrão sexual na sociedade americana, no entanto, sofreu algumas alterações na versão portuguesa devido ao autor ter como objetivo aplicá-lo num estudo sobre valores, atitudes e comportamentos sexuais. Esta escala permite avaliar 5 dimensões de

atitudes sexuais, sendo elas a permissividade, que diz respeito às relações sexuais ocasionais e sem compromisso, diversidade e simultaneidade de parceiros sexuais; a instrumentalidade, que se refere à orientação para as relações sexuais utilitárias que têm como objetivo a obtenção de prazer meramente físico; a comunhão, referente a atitudes que visam as relações sexuais como sendo uma experiência íntima a nível física e psicológica, partilhada, envolvimental e ideológica; e por fim, as práticas sexuais, que se dividem em duas subdimensões (responsabilidade sexual e não convencionalidade sexual ou sexo impessoal/impessoalidade sexual), que se referem às atitudes face ao planeamento familiar e à educação sexual, bem como a aceitação de práticas que frequentemente são socialmente condenáveis. Relativamente ao alpha de cronbach, Alferes (1999) obteve um valor de .83, tendo se verificado neste estudo um valor ligeiramente superior ($\alpha$ = .86).

## Procedimentos

Primeiramente, de forma a se tornar possível esta investigação, foram obtidas as devidas autorizações por parte da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (CEICSH 134/2023) e da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, bem como dos respetivos Estabelecimentos Prisionais. A recolha de dados com o grupo de pessoas em reclusão foi organizada em conformidade com os Estabelecimentos Prisionais consoante a sua disponibilidade e consequentemente, a disponibilidade dos participantes, de modo a não interferir com as suas condutas normativas.

Dando início à recolha, foi apresentado aos participantes que cumpriam os requisitos mencionados, e de forma individualizada, os objetivos deste estudo e, por conseguinte, todas as informações relevantes e questões éticas, como a questão do anonimato, confidencialidade e voluntariedade da sua participação, para que este se sentisse confortável e seguro para assinar o consentimento informado e executar os questionários a aplicar. Foi ainda esclarecido junto dos participantes a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo.

Posteriormente, foi realizada uma recolha de informações complementares através de documentação legal dos respetivos participantes recluídos, fornecidos pelos estabelecimentos prisionais, a fim de complementar a informação relativa à sua reclusão.

Paralelamente, foi realizada uma recolha em formato online, junto da comunidade tendo em conta características semelhantes à amostra obtida junto da população em reclusão para não colocar em causa a homogeneidade da amostra, nomeadamente em questão de género, idade, escolaridade e nível socioeconómico. Foi igualmente apresentado aos participantes os objetivos do estudo e todas as informações necessárias e questões éticas.

### Estratégias de Análise de Dados

De forma a proceder à análise dos dados recolhidos para este estudo, foi utilizado o software SPSS Statistics 28. A caracterização da amostra através do questionário sociodemográfico, bem como a caracterização legal e criminal dos sujeitos, deu-se com recurso à estatística descritiva e inferencial, através da utilização de testes de diferenças, como o teste *t de student* e *one-way* ANOVA, testes de associações, como o qui quadrado e testes de correlações, nomeadamente correlação de *Pearson.* Numa primeira fase, procedeu-se à comparação entre o grupo de pessoas recluídas por crimes sexuais e pessoas da comunidade quanto às principais variáveis, nomeadamente experiências adversas, indicadores de vinculação e crenças sexuais. Numa fase posterior, aprofundou-se a relação entre estas variáveis no grupo de interesse utilizando apenas a subamostra de ofensores sexuais.

## Resultados

### Prevalência das Experiências Adversas na Infância

De um modo geral, as experiências adversas ao longo dos primeiros 18 anos de vida dos participantes deste estudo mostram-se significativamente persistentes. O grupo de reclusos por crimes de violência sexual registou uma média elevada de 8 experiências adversas na infância, de acordo com a escala ACE-IQ, que varia de 0 a 13 ($M$ = 8.39, $DP$ = 5.44). Este valor é substancialmente superior ao observado no grupo de indivíduos da comunidade, que apresentaram uma média de 5 experiências adversas na infância ($M$ = 5.25, $DP$ = 4.31, $t$ (75) = 266, $p$ = .010, $d$ = .61).

Conforme os resultados obtidos, a negligência emocional é significativamente mais prevalente no grupo de reclusos ($n$ = 18, 47.49%) em comparação com a comunidade ($n$ = 7, 17.9%), apresentando uma diferença estatisticamente significativa ($\chi^2$ (1) = 7.59, $p$ = .006, *phi* = .31). Outra forma de experiência adversa mais relatada pelos reclusos foi a violência coletiva ($n$ = 14, 36.8%), que se verifica

de forma marcadamente superior à da comunidade ($n$ = 1, 2.6%), com um elevado grau de significância ($\chi^2$(1) = 14.41, $p$ = .001, *phi* = .43).

O falecimento de um progenitor ou cuidador está significativamente mais presente entre os reclusos ($n$ = 7, 18.4%) em comparação com a comunidade ($n$ = 1, 2.6%) ($\chi^2$(1) = 5.19, $p$ = .023, *phi* = .26). Em contrapartida, a depressão de um membro da família foi relatada pela comunidade ($n$ = 12, 30.8%), não havendo qualquer registo positivo entre os reclusos.

**Tabela 3**

*Descrição Comparativa das Experiências Adversas Ocorridos nos Primeiros 18 Anos de Vida*

| **Experiências Adversas** | **Em Reclusão** | | **Comunidade** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | *M* | *DP* | *M* | *DP* | *t* | *d de Cohen* |
| Experiências Adversas | 8.39 | 5.93 | 5.25 | 4.30 | 2.60* | .61 |
| | *n* | *%* | *n* | *%* | *X* | *Phi* |
| Negligência Emocional | 18 | 47.4 | 7 | 17.9 | 7.59* | .31 |
| Negligência Física | 18 | 47.4 | 14 | 35.9 | 1.04 | .11 |
| Abuso Emocional | 21 | 55.3 | 17 | 43.6 | 1.04 | .11 |
| Abuso Físico | 18 | 47.4 | 15 | 38.5 | .62 | .09 |
| Abuso Sexual | 9 | 23.7 | 4 | 10.3 | 2.47 | .17 |
| Bullying | 12 | 31.6 | 14 | 35.9 | .16 | .04 |
| Exposição Violência Doméstica | 24 | 63.2 | 22 | 65.4 | .36 | .06 |
| Violência Comunitária | 25 | 65.8 | 22 | 56.4 | .71 | .09 |
| Violência Coletiva | 14 | 36.8 | 1 | 2.6 | 14.41* | .43 |
| Problemas de Álcool/drogas_ Pais/ cuidadores | 14 | 36.8 | 10 | 25.6 | 1.12 | .12 |
| Encarceramento_ Pais/ cuidadores | 7 | 18.4 | 3 | 7.7 | 1.96 | .16 |
| Separação/divórcio_ Pais/ cuidadores | 6 | 15.8 | 10 | 25.6 | 1.13 | .12 |
| Falecimento_ Pais/ cuidadores | 7 | 18.4 | 1 | 2.6 | 5.19* | .26 |

**p < .05*

## Tipos de Vinculação

Os resultados obtidos através da escala EMWSS, indicam que os participantes recluídos apresentaram um valor inferior de memórias precoces de calor e segurança ($M$ = 52.67, $DP$ = 23.48)

em comparação com os participantes da comunidade (*M* = 56.83, *DP* = 20.35), numa escala de 0 a 84, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa.

A prática educativa punitiva por parte do pai apresenta uma média mais elevada no grupo em reclusão (*M* = 11.31, *DP* = 4.54) do que no grupo da comunidade (*M* = 9.81, *DP* = 3.56), no entanto, sem valor significativo. Em termos de suporte emocional, os participantes da comunidade apresentam valores mais elevados (*M* = 18.47, *DP* = 6.34 para o pai; *M* = 21.42, *DP* = 4.75 para a mãe) em comparação com pessoas recluídas (*M* = 17.55, *DP* = 7.66 para o pai; *M* = 19.84, *DP* = 5.92 para a mãe), sendo esta diferença mais pronunciada na variável relativa à mãe, embora sem alcançar significância estatística.

Não foram encontradas diferenças significativas a nível de ansiedade, conforto na proximidade e confiança nos outros, bem como na combinação destas últimas duas variáveis. Contudo, observa-se uma ligeira tendência para valores mais elevados no grupo da comunidade (conforme a *Tabela 4* ).

O estilo de vinculação mais comummente reportado pelos participantes é o estilo seguro. Em relação à vinculação insegura, a mais frequente é a vinculação desligada (*n* = 7, 21.2%), prontamente seguida pela vinculação preocupada (*n* = 7, 21.2%, para a comunidade; *n* = 6, 18.2%, para os participantes em reclusão), não havendo diferenças significativas, embora exista uma tendência para valores ligeiramente mais elevados na comunidade. A vinculação ansiosa é o estilo menos reportado (*n* = 3, 9.1%), sem significância estatística dos diferentes tipos de vinculação apresentados.

**Tabela 4**

*Descrição do Tipo de Vinculação na Infância*

| **Vinculação** | **Em Reclusão** | | **Comunidade** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | *M* | *DP* | *M* | *DP* | *t* | *d de Cohen* |
| Memórias de calor e segurança | 52.67 | 23.47 | 56.83 | 20.35 | -.77 | -.19 |
| **Escala EMBU** | | | | | | |
| Práticas Educativas Punitivas_Pai | 11.31 | 4.53 | 9.81 | 3.562 | 1.56 | .36 |
| Práticas Educativas Punitivas_Mãe | 11.37 | 3.56 | 11.19 | 3.7 | .20 | .04 |
| Suporte Emocional_Pai | 17.55 | 7.66 | 18.47 | 6.33 | -.54 | -.13 |
| Suporte Emocional_Mãe | 19.84 | 5.92 | 21.42 | 4.75 | -1.24 | -.29 |
| Sobreproteção_Pai | 14.38 | 3.12 | 13.80 | 3.05 | .78 | .18 |
| Sobreproteção_Mãe | 14.39 | 2.84 | 14.64 | 2.93 | -.35 | -.08 |
| **Escala EVA** | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ansiedade | 2.55 | .89 | 2.59 | .90 | -.16 | -.03 |
| Conforto Proximidade | 3.32 | .46 | 3.34 | .63 | -.10 | -.02 |
| Confiança Outros | 2.88 | .63 | 2.90 | .63 | -.64 | -.14 |
| Conforto_Confiança | 3.11 | .312 | 3.15 | .337 | -.561 | -.133 |
| | *n* | *%* | *n* | *%* | *X* | *Crame's V* |
| **Tipos de vinculação** | | | | | | |
| Seguros | 17 | 51.5 | 16 | 48.5 | .10 | .04 |
| Preocupados | 6 | 18.2 | 7 | 21.2 | | |
| Desligados | 7 | 21.2 | 7 | 21.2 | | |
| Ansiosos | 3 | 9.1 | 3 | 9.1 | | |

## Crenças e Atitudes Sexuais

No que respeita aos resultados fornecidos pela escala EAS, em geral o grupo em reclusão (*M* = 142.63, *DP* = 18.22) apresenta valores mais elevados de atitudes sexuais do que o grupo da comunidade (*M* = 138.90, *DP* = 12.72) numa escala de 37 a 185, embora esta diferença não foi estatisticamente significativa. Apesar de também não se reverterem valores significativos, as subescalas de comunhão, responsabilidade e impessoalidade sexual apresentam uma ligeira tendência para valores superiores por parte das pessoas na comunidade, em contrapartida a permissividade e instrumentalidade apresentam uma tendência para valores superiores nos participantes recluídos (conforme *Tabela 5*).

**Tabela 5**

*Descrição das Atitudes Sexuais*

| **Atitudes sexuais** | **Em Reclusão** | | **Comunidade** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | *M* | *DP* | *M* | *DP* | *t* | *d de Cohen* |
| Atitudes Sexuais | 142.63 | 18.21 | 138.90 | 12.72 | .74 | .23 |
| Permissividade | 29.81 | 6.91 | 29.19 | 4.64 | .44 | .10 |
| Instrumentalidade | 17.08 | 5.93 | 16.42 | 4.97 | .50 | .12 |
| Comunhão | 40.08 | 7.75 | 42.14 | 4.63 | -1.15 | -.32 |
| Responsabilidade Sexual | 17.08 | 2.68 | 17.19 | 2.87 | -.15 | -.03 |
| Impessoalidade Sexual | 27.25 | 5.31 | 28.56 | 3.87 | -.97 | -.28 |

## Correlação entre as Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais

Para analisar as relações entre Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais, foi realizada uma análise de correlação de *Pearson* (*Tabela 6*). Esta análise indicou que o número de experiências adversas está significativamente relacionado com a maioria das variáveis de vinculação. Especificamente, observou-se que a número de experiências adversas se correlaciona negativamente com as memórias de calor e segurança ($r$ = -.69**), apoio emocional do pai ($r$ = -.74**) e da mãe ($r$ = -.60**), assim como com o conforto na proximidade ($r$ = -.55**). Em contrapartida, verificou-se uma correlação positiva com as práticas educativas punitivas do pai ($r$ = .54**) e da mãe ($r$ = .66**), superproteção materna ($r$ = .47**) e confiança nos outros ($r$ = .45**).

As memórias de calor e segurança mostraram correlações negativas com diversas experiências adversas, incluindo negligência emocional ($r$ = -.65**), negligência física ($r$ = -.51**), consumo de álcool pelos pais ($r$ = -.51**), exposição à violência doméstica ($r$ = -.61**), abuso emocional ($r$ = -.76**), abuso físico ($r$ = -.78**), abuso sexual ($r$ = -.51**) e bullying ($r$ = -.54**).

No que diz respeito às práticas educativas punitivas, estão positivamente associadas a negligência emocional ($r$ = .48** para o pai; $r$ = .65** para a mãe), negligência física ($r$ = .51** para o pai; $r$ = .43** para a mãe), consumo de álcool pelos pais ($r$ = .46** para o pai; $r$ = .49** para a mãe), exposição à violência doméstica ($r$ = .51** para o pai; $r$ = .56** para a mãe), abuso emocional ($r$ = .64** para o pai; $r$ = .77** para a mãe), abuso físico ($r$ = .52** para o pai; $r$ = .69** para a mãe) e abuso sexual ($r$ = .42** para o pai; $r$ = .44** para a mãe).

O apoio emocional dos pais está negativamente correlacionado com negligência emocional ($r$ = -.76** para o pai; $r$ = -.60** para a mãe), negligência física ($r$ = -.58** para o pai; $r$ = -.52** para a mãe), consumo de álcool pelos pais ($r$ = -.61** para o pai; $r$ = -.50** para a mãe), exposição à violência doméstica ($r$ = -.54** para o pai; $r$ = -.42* para a mãe), abuso emocional ($r$ = -.75** para o pai; $r$ = -.62** para a mãe), abuso físico ($r$ = -.57** para o pai; $r$ = -.54** para a mãe) e abuso sexual ($r$ = -.34* para o pai).

A superproteção materna correlaciona-se positivamente com negligência emocional ($r$ = .45**), negligência física ($r$ = .37*), consumo de álcool pelos pais ($r$ = .52**), exposição à violência doméstica ($r$ = .46**) e abuso emocional ($r$ = .41*).

Quanto aos fatores da vinculação na idade adulta, a ansiedade está negativamente correlacionada com a violência comunitária ($r$ = -.34*) e positivamente com o abuso sexual ($r$ = .39*). O conforto na proximidade está negativamente associado a negligência emocional ($r$ = -.54**), negligência física ($r$ = -.41*), consumo de álcool pelos pais ($r$ = -.52**), exposição à violência doméstica ($r$ = -.56**), abuso emocional ($r$ = -.526**), abuso físico ($r$ = -.55**), abuso sexual ($r$ = -.34*) e bullying ($r$ = -.45**). A confiança nos outros está positivamente associada a negligência emocional ($r$ = .39*), negligência física ($r$ = .326*), abuso sexual ($r$ = .41*), bullying ($r$ = .37*) e violência coletiva ($r$ = .32*).

Embora o valor total das atitudes sexuais não tenha demonstrado relações significativas com outras variáveis, a permissividade revelou uma correlação positiva com práticas educativas punitivas da mãe ($r$ = .40*) e confiança nos outros ($r$ = .43*). A instrumentalidade correlacionou-se positivamente com o encarceramento de um progenitor ($r$ = .45*), e a comunhão mostrou uma correlação positiva com a ansiedade ($r$ = .47*). No que diz respeito às práticas sexuais, a responsabilidade sexual correlacionou-se negativamente com negligência física ($r$ = -.36*) e positivamente com ansiedade (r = .39*) e confiança nos outros ($r$ = .39*). A impessoalidade sexual está positivamente associada à ansiedade ($r$ = .49*).

**Tabela 6**

*Descrição das Correlações entre as Variáveis de Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais*

| **Correlações** | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.Experiências Adversas | **-.69**** | **.54**** | **.66**** | **-.74**** | **-.60**** | .09 | **.47**** | .05 | **-.55**** | **.45**** | -.07 | .15 | -.21 | -.12 | .04 | -.01 |
| 2.Negligência Emocional | **-.65**** | **.48**** | **.65**** | **-.76**** | **-.60**** | .03 | **.45**** | .26 | **-.54**** | **.39*** | .04 | .23 | -.20 | .00 | .06 | .04 |
| 3.Negligência Física | **-.51**** | **.51**** | **.43**** | **-.58**** | **-.52**** | .13 | **.37*** | .12 | **-.41*** | **.32*** | -.32 | -.08 | .06 | -.16 | -.36* | -.35 |
| 4. Problemas de Álcool/drogas_Pais/cuidadores | **-.51**** | **.46**** | **.49**** | **-.61**** | **-.50**** | .27 | **.52**** | -.04 | **-.52**** | .22 | -.16 | .05 | -.21 | -.25 | -.02 | -.12 |
| 5. Encarceramento_Pais/ cuidadores | .02 | -.13 | -.11 | .12 | -.00 | .09 | .00 | -.07 | -.08 | .18 | .01 | .13 | **.45**** | .03 | -.18 | -.12 |
| 6.Separação_Pais/cuidadores | .11 | -.06 | .06 | -.02 | -.09 | -.26 | -.33 | -.33 | .17 | -.15 | -.34 | -.23 | -.11 | .01 | -.27 | -.32 |
| 7.Falecimento_Pais/cuidadores | .02 | -.13 | -.00 | -.06 | -.16 | .11 | .04 | .08 | -.16 | .02 | .[c] | -.16 | -.00 | -.06 | -.15 | .[c] |
| 8.Exposição Violência Doméstica | **.61**** | **.51**** | **.56**** | **-.54**** | **-.42*** | .21 | **.46**** | -.00 | **-.56**** | .27 | .02 | .21 | -.14 | -.11 | .16 | .02 |
| 9.Abuso Emocional | **-.76**** | **.62**** | **.77**** | **-.75**** | **-.62**** | .06 | **.41*** | .09 | **-.62**** | .26 | -.08 | .17 | -.27 | -.15 | -.05 | -.17 |
| 10.Abuso Físico | **-.78**** | **.52**** | **.69**** | **-.57**** | **-.54**** | .01 | .14 | .05 | **-.55**** | .24 | -.00 | .07 | -.19 | -.03 | .12 | -.31 |
| 11.Abuso Sexual | **-.51**** | **.42*** | **.44**** | **-.34*** | -.23 | -.03 | .21 | **.39*** | **-.34*** | **.41*** | .20 | .04 | -.19 | .12 | .17 | .27 |
| 12.Bullying | **-.54**** | .06 | .33 | -.33 | -.30 | .01 | .31 | .32 | **-.45**** | **.37*** | .20 | -.11 | -.09 | .12 | .23 | .23 |
| 13.Violência Comunitária | .04 | .03 | .04 | -.20 | -.08 | .06 | .31 | **-.34*** | .18 | .07 | -.39 | .19 | -.20 | -.36 | .06 | .02 |
| 14.Violência Coletiva | -.10 | .07 | .15 | -.33 | -.30 | -.05 | .16 | -.22 | -.17 | **.32*** | .13 | .16 | -.06 | .06 | .02 | .34 |
| 15.Memórias de Calor e Segurança | - | **-.71**** | **-.79**** | **.84**** | **.80**** | -.07 | **-.42*** | -.20 | **.80**** | **-.55**** | -.29 | -.15 | .06 | -.15 | -.04 | .17 |
| 16.Práticas Educativas Punitivas_Pai | | - | **.83**** | **-.69**** | **-.60**** | .40* | **.49**** | .04 | **-.56**** | **.37*** | .04 | .35 | .07 | -.21 | -.04 | -.09 |
| 17.Práticas Educativas Punitivas _Mãe | | | - | **-.81**** | **-.79**** | .19 | **.40*** | .11 | **-.62**** | **.46**** | .42 | **.40*** | -.01 | .08 | .08 | -.11 |
| 18.Apoio Emocional_Pai | | | | - | **.89**** | .00 | **-.44*** | -.02 | **.80**** | **-.36*** | -.00 | -.11 | .31 | .09 | .25 | .24 |
| 19.Apoio Emocional_Mãe | | | | | - | -.03 | -.29 | .07 | **.73**** | **-.40*** | -.29 | -.25 | .11 | .00 | .23 | .42 |
| 20.Superproteção_Pai | | | | | | - | **.80**** | -.02 | .02 | .11 | -.36 | .08 | .25 | -.35 | .12 | -.25 |
| 21.Superproteção_Mãe | | | | | | | - | .04 | -.28 | .33 | -.28 | .21 | -.08 | -.29 | .07 | -.12 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 22.Ansiedade | - | -.29 | **.33*** | .34 | .08 | .15 | **.47*** | **.35*** | **.49*** |
| 23.Conforto Proximidade | | - | **-.44*** | -.39 | -.07 | .20 | -.01 | .17 | .05 |
| 24.Confianca Outros | | | - | .42 | **.43*** | .23 | .22 | **.39*** | .34 |
| 25.Atitudes Sexuais | | | | - | **.61**** | **.59**** | **.91**** | **.66**** | **.65**** |
| 26.Permissividade | | | | | - | **.449**** | .33 | **.38*** | .27 |
| 27.Instrumentalidade | | | | | | - | **.57**** | .26 | .22 |
| 28.Comunhão | | | | | | | - | **.66**** | **.75**** |
| 29.Responsabilidade Sexual | | | | | | | | - | **.67*** |
| 30.Impessoalidade Sexual | | | | | | | | | - |

** p < .05; ** p < .01*

## Tipos de Vinculação e Atitudes Sexuais

Para analisar as diferenças existentes entre as variáveis e os estilos de vinculação, foram realizadas ANOVAs. Foram encontradas diferenças significativas entre os tipos de vinculação e práticas sexuais. Relativamente à diferença estatística entre os tipos de vinculação e a responsabilidade sexual ($F$ (3) = 7.45; $p$ = .001), foi possível verificar, através de comparações *Post hoc*, que indivíduos com vinculação segura ($M$ = 18.42, $DP$ = 1.78) e vinculação preocupada ($M$ = 19.0, $DP$ = 1.22) apresentavam uma pontuação superior daqueles com vinculação desligada ($M$ = 14.28, $DP$ = 3.03, $p$ =.001). Estes resultados indicam que tanto indivíduos com vinculação segura quanto aqueles com vinculação preocupada apresentam níveis superiores de responsabilidade sexual do que indivíduos com vinculação desligada.

Da mesma forma, os resultados obtidos entre os tipos de vinculação e a impessoalidade sexual, revelou diferenças significativas ($F$ (3) = 148.39, $p$ = .001). Através de comparações *Post hoc*, verificou-se que indivíduos com vinculação segura ($M$ = 27.90, $DP$ = 3.44) apresentavam uma pontuações inferior daqueles com vinculação preocupada ($M$ = 33.0, $DP$ = .00, $p$ = .047) e superior daqueles com vinculação desligada ($M$ = 17.33, $DP$ = 3.51, $p$ = .001). Além disso, aqueles com vinculação preocupada ($M$ = 33.0, $DP$ = .00, $p$ = .047) e vinculação ansiosa ($M$ = 30.0, $DP$ = .00, $p$ = .001) apresentavam uma pontuação superior daqueles com vinculação desligada ($M$ = 17.33, $DP$ = 3.51, $p$ = .001). Estes dados indicam que a impessoalidade difere significativamente conforme o tipo de vinculação. Indivíduos com vinculação preocupada apresentam níveis superiores de impessoalidade sexual do que indivíduos com vinculação segura. Além disso, os indivíduos com vinculação segura, preocupada e ansiosa mostram maiores níveis em relação aos com vinculação desligada.

**Tabela 7**

*Descrição das Diferenças entre as Variáveis de Crenças Sexuais e Tipos de Vinculação*

| **Tipos de Vinculação** | **Segura** | **Ansiosa** | **Preocupada** | **Desligada** | |
|---|---|---|---|---|---|
| | *M (DP)* | *M (DP)* | *M (DP)* | *M (DP)* | Z |
| Atitudes Sexuais | 146.25 (19.08) | 152.0 (.00) | 149.50 (4.04) | 109.0 (.00) | 2.09 |
| Permissividade | 32.07 (7.25) | 33.0 (.00) | 29.40 (5.85) | 25.42 (8.30) | 1.46 |
| Instrumentalidade | 17.07 (6.54) | 21.0 (.00) | 20.0 (6.00) | 15.28 (4.78) | 0.88 |
| Comunhão | 38.44 (8.15) | 46.0 (.00) | 45.80 (2.86) | 38.25 (10.24) | 1.54 |
| Responsabilidade Sexual | 18.42 (1.78) | 17.0 (.00) | 19.0 (1.22) | 14.28 (3.03) | 7.45* |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Impessoalidade Sexual | 27.9 (3.44) | 30.0 (.00) | 33.0 (.00) | 17.33 (3.51) | 16.91* |

** p < .05*

## Tipologia de Crime

Foram ainda analisadas as relações entre a tipologia de crime, que se encontra dividida pelos crimes contra a liberdade sexual e os crimes contra a autodeterminação sexual, e as experiências adversas, vinculação e crimes sexuais.

Os resultados mostraram diferenças significativas entre as tipologias de crimes e o número de experiência adversas ($t$ (36) = 2.14, $p$ = .039, $d$ = .70), as memórias de calor e segurança ($t$ (29) = -2.19, $p$ = .036, $d$ = -.79), a superproteção da mãe ($t$ (31) = 2.30, $p$ = .028, $d$ = .81), conforto com a proximidade ($t$ (31) = -3.04, $p$ = .005, $d$ = -1.06) e instrumentalidade ($t$ (32) = -2.31, $p$ = .027, $d$ = -.79).

Estes resultados indicaram que o número de experiências adversas e a superproteção da mãe é menor no grupo de pessoas recluídas pelo crime contra a liberdade sexual (*M* = 13.47, *DP* = 2.89). Em contrapartida, a média das memórias de calor e segurança (*M* = 60.58, *DP* = 22.91), conforto com a proximidade (*M* = 3.08, *DP* =.42) e instrumentalidade (*M* = 19.05, *DP* = 5.06) é maior no grupo de pessoas recluídas pelo crime contra a liberdade sexual (*Tabela 8*).

## Tabela 8

*Prevalência de Experiências Adversas, Vinculação e Crenças Sexuais nas duas Tipologias de Crime*

| **Tipologia de Crimes** | **Crime contra autodeterminação sexual** | | **Crime contra liberdade sexual** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | *M* | *DP* | *M* | *DP* | *t* | *d de Cohen* |
| Experiências Adversas | 10.58 | 6.39 | 6.61 | 5.01 | 2.14* | .70 |
| Memórias de Calor e Segurança | 43.07 | 21.08 | 60.58 | 22.91 | -2.19* | -.79 |
| Práticas Educativas Punitivas_Pai | 10.66 | 4.35 | 11.80 | 4.71 | -.72 | -.24 |
| Práticas Educativas Punitivas_Mãe | 12.06 | 3.37 | 10.78 | 3.70 | 1.05 | .35 |
| Apoio Emocional_Pai | 15.15 | 6.90 | 19.04 | 7.88 | -1.46 | -.51 |
| Apoio Emocional_Mãe | 18.21 | 4.17 | 21.05 | 6.79 | -1.38 | -.48 |
| Superproteção_Pai | 15.53 | 3.47 | 14.28 | 2.96 | .22 | .08 |
| Superproteção_Mãe | 15.64 | 2.34 | 13.47 | 2.89 | 2.30* | .81 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ansiedade | 2.78 | .84 | 2.38 | .91 | 1.34 | .45 |
| Conforto Proximidade | 3.08 | .42 | 3.52 | .40 | -3.04* | -1.06 |
| Confiança Outros | 3.05 | .64 | 2.75 | .61 | 1.43 | .47 |
| Atitudes Sexuais | 148.0 | 14.15 | 140.15 | 19.66 | .86 | .42 |
| Permissividade | 27.64 | 6.15 | 31.42 | 7.15 | -1.58 | -.55 |
| Instrumentalidade | 14.60 | 6.17 | 19.05 | 5.06 | -2.31* | -.79 |
| Comunhão | 40.66 | 7.59 | 39.75 | 8.06 | .27 | .11 |
| Responsabilidade Sexual | 17.40 | 2.61 | 16.84 | 2.79 | .59 | .20 |
| Impessoalidade Sexual | 27.33 | 4.89 | 27.20 | 5.72 | .05 | .02 |

*$* p < .05$*

## Discussão

Este estudo visa compreender a relação entre as experiências adversas, os tipos de vinculação e as crenças sexuais em pessoas condenadas por crimes de natureza sexual. Para o efeito, foram utilizadas uma amostra de conveniência composta por homens reclusos por crimes sexuais e uma amostra comunitária de homens sem histórico criminal. O objetivo principal foi entender se estas variáveis estão mais presentes no desenvolvimento dos homens com percursos relacionados com crimes de natureza sexual.

Em relação às experiências adversas na infância, verificou-se uma maior incidência desses eventos nos relatos das pessoas reclusas por crimes sexuais em comparação com a comunidade. Este resultado está em consonância com o estudo de Levenson et al. (2016), que também verificou que pessoas condenadas por crimes sexuais relatam vivenciar mais experiências adversas do que a população geral. Especificamente, este estudo destacou que a negligência emocional, o falecimento de um dos pais e a violência coletiva são as experiências adversas mais frequentemente relatadas pelas pessoas recluídas por crimes sexuais, corroborando os resultados de Levenson et al. (2015), que concluiu que um grande número de condenados por crimes sexuais relata ter vivenciado negligência emocional e um ambiente familiar desajustado. Este estudo acresce aos dados já conhecidos na literatura sobre experiências adversas na infância, que se tem centrado nos contextos intrafamiliares, ao alargar o estudo destas experiências a ambientes comunitários e coletivos, fornecendo uma visão mais abrangente do ambiente adverso enfrentado por esses indivíduos.

Ao analisar os tipos de vinculação presentes entre pessoas reclusas por crimes sexuais, verificou-se que, embora a maioria dos participantes relatasse um tipo de vinculação segura, os tipos de vinculação insegura mais frequentemente reportados foram a vinculação preocupada e a vinculação desligada. Esses resultados não apresentaram diferenças significativas em comparação com a comunidade. No entanto, contrastam com os resultados de estudos prévios, como o de Grady et al. (2017), que encontrou valores mais elevados de vinculação insegura entre condenados por crimes sexuais em comparação com a população em geral.

Para entender se as pessoas reclusas por crimes sexuais compartilham distorções cognitivas e crenças desajustadas associadas à sexualidade, os resultados não destacaram nenhuma crença sexual diferente em comparação com a comunidade geral. Este resultado diverge do estudo de Ward et al. (2006), que sugeriu que essa população apresenta redes de crenças desajustadas específicas que facilitam a prática do ato sexual ilícito. De notar, contudo, que esta não diferenciação em relação à comunidade pode dever-se ao facto de que, neste estudo, os participantes da comunidade apresentam uma infância marcada pela adversidade, com prevalências elevadas e aproximadas à dos ofensores de crimes de natureza sexual na maior parte das experiências adversas avaliadas. Esta ocorrência pode decorrer em função da existência de fatores protetores que influenciam o impacto das experiências adversas no seu percurso de vida, predizendo a probabilidade de ocorrerem resultados negativos (Lösel e Farrington, 2012). Desta forma, eventualmente, no caso dos participantes da comunidade, que não reportam histórico criminal, estarão presentes alguns fatores protetores que impediram o desenvolvimento de comportamentos criminosos. Segundo o estudo de Fox (2019), um dos possíveis fatores atenuantes do impacto que as experiências adversas possam causar é a resiliência. Estudos futuros devem tentar perceber que fatores podem diferenciar estes percursos, tendo em conta a presença de adversidades experienciada na infância.

O quarto objetivo deste estudo, pretendia entender se existe uma relação entre a vinculação, experiências adversas e crenças sexuais. Podemos assim verificar que as experiências adversas estão bastante associadas à vinculação, tipo de parentalidade praticados pelos pais dos participantes na infância e vinculação na idade adulta. Em particular, os participantes que relataram ter um maior número de experiências adversas, e especificando a negligência, consumo de álcool por um dos progenitores, exposição a violência doméstica e abuso, estão associados a índices mais baixos de sentimentos, emoções e experiências positivas na infância, bem como de apoio emocional por parte dos pais e conforto na

proximidade com os outros na vinculação na idade adulta. Por outro lado, estão associados a índices mais elevados de práticas educativas relativas a punição e rejeição parental, superproteção e comportamentos controladores por relativas apenas à mãe e confiança nos outros na vinculação na idade adulta. Estes resultados vão de encontro ao estudo de Hurren et al. (2017), relativamente a esta relação, que nos relata que a natureza e o contexto da experiência adversa juntamente com o tipo de parentalidade e vinculação com os progenitores ou cuidadores, juntamente com outros fatores, contribuem para o aumento da probabilidade de adotarem comportamentos desviantes.

Quanto à associação com as crenças sexuais, foi possível entender que as mesmas estão também associadas a certos tipos de experiências adversas (e.g. negligência física, abuso sexual) e desenvolvimento em ambientes familiares disfuncionais. Como vimos em Bandura et al. (1961), as exposições a situações de abuso são aprendidas e utilizadas na idade adulta como uma resposta adequada. Podemos concluir também que essas crenças estão associadas à vinculação em adulto, mais concretamente, revelam-se pessoas mais ansiosas e que tendem a confiar mais nos outros.

Relativo ao tipo de vinculação, foi possível verificar que as vinculações seguras, preocupadas e ansiosas demonstram ter práticas sexuais acerca do planeamento familiar e educação sexual mais presentes e mais aceitação de práticas sexuais normalmente censuráveis, do que vinculação desligada. Já no estudo de Nguyen e Parkhill (2014), conseguiu concluir que condenados por crimes sexuais têm maior aceitação de encontros sexuais de forma casual tendo menos níveis de intimidade emocional com os parceiros.

## Conclusões e Limitações

Este estudo mostrou-se importante para entender o impacto de condições adversas no desenvolvimento de indivíduos condenados por crimes sexuais. No entanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. Primeiramente, a amostra reduzida representou uma restrição significativa, decorrente da dificuldade de adesão dos participantes devido à alta demanda por estudos com essa população. Portanto, é crucial que futuros estudos procurem replicar este com uma amostra maior para validar os resultados encontrados. Outra limitação notável é a influência da desejabilidade social, que pode ter comprometido a honestidade das respostas nos questionários. Este fator é particularmente relevante dada a natureza dos crimes e o estigma associado.

Além disso, a necessidade de um instrumento de medição mais específico, alinhado com as crenças mencionadas por Ward et al. (2006), foi identificada, sugerindo que futuras pesquisas considerem a necessidade de desenvolver um questionário que permita a compreensão das rede de crenças identificadas pelo autor.

Para finalizar, os resultados deste estudo indicam que os indivíduos analisados frequentemente vivenciaram situações que comprometeram seu desenvolvimento. Assim, intervenções em famílias desajustadas são essenciais para prevenir futuras vitimizações e promover um desenvolvimento saudável das crianças nesta situação, minimizando o risco de comportamentos desajustados na idade adulta. Ainda de acrescentar, que fornece diretrizes para uma intervenção mais adequada e dirigida as necessidades destes de forma a facilitar a sua preparação e reinserção social.

A inovação deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a influência da vinculação e experiências adversas no percurso de vida de pessoas recluídas por crimes sexuais. De acrescentar que seria relevante aplicar um modelo de regressão linear em estudos futuros para verificar se há resultados significativos adicionais que possam esclarecer mais sobre a relação das variáveis envolvidas. Esta abordagem não foi viável no presente estudo devido às limitações relacionadas com o número de participantes.

## Referências


Ainsworth, M. D. S. (1980). Attachment and child abuse. In G. Gerbner, C. J. Ross, & E. Zigler (Eds.), *Child abuse: an agenda for action* (pp. 35–47).

Alferes, V. R. (1999). Escala de atitudes sexuais. *Testes e provas psicológicas em Portugal*, *2*, 131-148.

Almeida, S. M. V. (2010). *Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento*. Universidade do Minho.

Assembleia da República. (2021). *Código Penal Português*. https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-49696875

Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *63*(3), 575–582. https://doi.org/10.1037/h0045925

Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, *28*(3), 132–137. https://doi.org/10.1016/j.paed.2017.12.008

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*. Basic Books.

Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss*. Basic Books.

Centers for Disease Control and Prevention. (2019). Adverse childhood experiences (ACEs): preventing early trauma to improve adult health. *Vital Signs*.

Canavarro, M. (1996). A avaliação das práticas educativas através do EMBU: estudos psicométricos. *Psychólogica, 16*, 5-18.

Canavarro, M. (1997). *Relações afectivas ao longo do ciclo de vida e saúde mental.* Universidade de Coimbra.

Collins, N., & Read, S. (1990). Adult Attachment Relationships, Working Models and Relationship Quality in dating Couples. *Journal of Personality and Social Psychology, 58,* 644-683.

Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *Journal of Sex Research*, *23*(4), 502-526.

Convenção de Istambul. (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. www.coe.int/conventionviolence

Estatísticas da Justiça. (2021). *Agentes/suspeitos identificados em crimes registados, segundo o sexo, por crime*. https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Condenados-em-processos-crime-nos-tribunais-judiciais-de-1-instancia.aspx

Fernandes, B. (2022). *Personalidade e distorções cognitivas no ofensor sexual.* Universidade Lusíada Instituto de Psicologia e Ciências da Educação.

Fox, T. (2019). *Adversity, resilience, and crime: Examining the impact of resilience on the relationship between adverse childhood experiences and juvenile delinquency.* Washington State University.

Gonçalves, R. A. (2004). Agressores sexuais em meio prisional investigação, avaliação e intervenção. *Direito e Justiça*, 127–140.

Grady, M. D., Levenson, J. S., & Bolder, T. (2017). Linking adverse childhood effects and attachment: A theory of etiology for sexual offending. In *Trauma, Violence, and Abuse* (18), 433–444. https://doi.org/10.1177/1524838015627147

Grady, M. D., Swett, L., & Shields, J. J. (2016). The impact of a sex offender treatment programme on the attachment styles of incarcerated male sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, *22*(1), 123–136. https://doi.org/10.1080/13552600.2014.894148

Grady, M. D., Yoder, J., & Brown, A. (2021). Childhood Maltreatment Experiences, Attachment, Sexual Offending: Testing a Theory. *Journal of Interpersonal Violence*, *36*, 11–12. https://doi.org/10.1177/0886260518814262

Hurren, E., Stewart, A., & Dennison, S. (2017). Transitions and turning points revisited: A replication to explore child maltreatment and youth offending links within and across Australian cohorts. *Child Abuse and Neglect*, *65*, 24–36. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.01.002

Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2015). Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, *27*(3), 258–283. https://doi.org/10.1177/1079063214544332

Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2016). Adverse Childhood Experiences in the Lives of Male Sex Offenders: Implications for Trauma-Informed Care. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, *28*(4), 340–359. https://doi.org/10.1177/1079063214535819

Lösel, F., & Farrington, D. P. (2012). Direct Protective and Buffering Protective Factors in the Development of Youth Violence. *American Journal of Preventive Medicine, 43*(2), 8–23. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2012.04.029

Marshall, W. L., Serran, G. A., & Fernández, Y. M. (2001). *Agresores sexuales*. Ariel.

Matos, M., Pinto-Gouveia, J. e Duarte, C. (2011). *Memórias precoces de calor e segurança na infância: estudo das propriedades psicométricas da versão Portuguesa da EMWSS.* Manuscrito em preparação.

Ministério da Administração Interna. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna*. extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAAA%3d

Ministério da Administração Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna*. extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAAA%3d

Nguyen, D., & Parkhill, M. R. (2014). Integrating attachment and depression in the confluence model of sexual assault perpetration. *Violence Against Women*, *20*(8), 994–1011. https://doi.org/10.1177/1077801214546233

Perris, C., Jacobsson, L., Lindström, H., Von Knorring, L. & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 61,* 265-274.

Reis, D., & Cavalcante, L. (2019). Avaliação de distorção cognitiva de autores de agressão sexual de criança e adolescente (AASCAS): Revisão sistemática da literatura. *Revista Da SPAGESP*, *20*(2), 99–116.

Richter, A., Gilbert, P., & McEwan, K. (2009). Development of an early memories of warmth and safeness scale and its relationship to psychopathology. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, *82*(2), 171-184.

Shilkret, R., & Shilkret, C. J. (2011). Attachment theory. In J. Berzoff, L. M. Flanagan, & P. Hertz (Eds.), *Inside out and outside in: Psychodynamic clinical theory and contemporary multicultural contexts*, 3rd ed., pp. 186–207. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Silva, S. C. M. G. D. (2017). *Bagagens traumáticas: o papel das experiências adversas precoces no desejo sexual e na intimidade*. Universidade de Lisboa.

Szumski, F., Bartels, R. M., Beech, A. R., & Fisher, D. (2018). Distorted cognition related to male sexual offending: The multi-mechanism theory of cognitive distortions (MMT-CD). *Aggression and Violent Behavior* (39), 139–151. https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.02.001

Ward, T., Gannon, T. A., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior*, *11*(4), 323–340. https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.10.003

World Health Organization (2018). Adverse Childhood Experiences International Questionnarie. In Adverse Childhood Experiences International Questionnarie (ACE-IQ). [Website]: Geneva: WHO.

World Health Organization. (2011). *Violence against women – Intimate partner and sexual violence against women.*